

- 1- [MATÉRIA VOTADA](#)
 - 1.1- [Plenário](#)
 - 2- [ORDENS DO DIA](#)
 - 2.1- [Plenário](#)
 - 2.2- [Comissões](#)
 - 3- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 3.1- [Plenário](#)
 - 3.2- [Comissão](#)
 - 4- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO](#)
 - 5- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES](#)
 - 6- MATÉRIA ADMINISTRATIVA
-

MATÉRIA VOTADA

**MATÉRIA APROVADA NA 29ª REUNIÃO
ORDINÁRIA DELIBERATIVA, EM 2/5/95**

Em 2º turno: Projeto de Lei nº 17/95, do Deputado João Batista de Oliveira, na forma do vencido em 1º turno.

ORDENS DO DIA

**ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 3/5/95**

1ª Parte (Pequeno Expediente)
(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase
(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase
(das 16 às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 24/95, do Deputado Ivo José, que dispõe sobre a criação das áreas de proteção ambiental das lagoas marginais do rio Doce e de seus afluentes e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela sua aprovação. Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 78/95, do Deputado Paulo Pettersen, que dispõe sobre a permuta de nota fiscal por ingressos para evento esportivo, artístico ou cultural. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela sua aprovação. Discussão e votação de pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E
REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 3/5/95**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos de Emancipação n°s 35/95, do Deputado Bonifácio Mourão; 46 e 51/95, do Deputado Clêuber Carneiro; 57/95, do Deputado Dílzon Melo; 47/95, do Deputado Dimas Rodrigues; 33/95, do Deputado Dinis Pinheiro; 28/95, do Deputado Geraldo Santana; 41/95, do Deputado Jairo Ataíde; 36 e 48/95, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 37, 39, 40 e 54/95, do Deputado José Braga; 38 e 55/95, do Deputado José Henrique; 42/95, do Deputado Marcos Helênio; 25/95, do Deputado Mauri Torres; 52/95, do Deputado Paulo Pettersen; 45/95, do Deputado Romeu Queiroz, e 43/95, do Deputado Wanderley Ávila.

**ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, A REALIZAR-SE ÀS
10 HORAS DO DIA 3/5/95**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 23/95, do Deputado Ivo José; e 2/95, do Deputado Marcos Helênio.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA SOCIAL, A REALIZAR-SE ÀS
10H30MIN DO DIA 4/5/95**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos n°s 317 e 324/95, do Deputado Paulo Schettino.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, c/c o art. 38, § 1º, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 3/5/95, destinadas a primeira à apreciação do parecer da Comissão de Justiça sobre o Ofício n° 3/95, do Tribunal de Justiça, encaminhando pedido de licença para processar criminalmente o Deputado Miguel Barbosa, e a segunda à apreciação da matéria constante na primeira; à votação de requerimentos da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao TRE-MG para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Periquito, Pedra Corrida e São Sebastião do Baixio, no Município de Açucena; São João do Pacuí, no Município de Coração de Jesus; Vargem Grande do Rio Pardo, no Município de Rio Pardo de Minas; São Joaquim de Bicas, no Município de Igarapé; São Domingos das Dores, no Município de Inhapim; Justinópolis, no Município de Ribeirão das Neves; à apreciação do Projeto de Lei Complementar n° 1/95, do Deputado Anderson Aauto, que dispõe sobre acréscimo de inciso ao art. 5º da Lei Complementar n° 37, de 18/2/95, e do Projeto de Lei n° 1.644/93, de iniciativa popular, que institui o Fundo Estadual de Moradia Popular; e a discussão e votação de pareceres de redação final. Palácio da Inconfidência, 2 de maio de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Verificar "in Loco" a Situação do Projeto Jaíba, no Município de Jaíba

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Marcelo Cecé, Ivo José, Elbe Brandão e Carlos Pimenta, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no próximo dia 4, às 10h30min, no Plenarinho III, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de se programarem os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 1995.
Geraldo Santanna, Presidente "ad hoc".

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO

PARECER SOBRE SOLICITAÇÃO DE LICENÇA PARA INSTAURAR PROCESSO CRIMINAL CONTRA DEPUTADO

Comissão de Constituição e Justiça
Relatório

Tendo o Ministério Público apresentado denúncia em virtude de delitos supostamente cometidos pelo Deputado Miguel Arcanjo da Costa Barbosa, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais solicitou a esta Casa a concessão de licença para instaurar processo criminal contra o referido parlamentar.

Esta Comissão, em 4/4/95, procedeu ao exame preliminar da matéria, deliberando, nos termos do que dispõe o art. 57, II, "a", "b" e "c", do Regimento Interno, pela possibilidade de sua concessão, visto que os fatos delituosos imputados ao Deputado não se inserem no âmbito da inviolabilidade parlamentar.

A seguir, concedeu-se ao Deputado o prazo regimental para apresentação de sua defesa e indicação de provas, tal como previsto no art. 57, II, "c", do Regimento Interno.

Apresentando tempestivamente a sua defesa escrita, o imputado, no entanto, renunciou a qualquer indicação de provas.

A matéria volta, pois, a esta Comissão para que seja examinada em fase final, na qual se deliberará pelo deferimento ou pelo indeferimento do pedido de licença formulado por aquela egrégia Corte.

Outrossim, cumpre esclarecer que o processo em análise tramita em regime de urgência, por ter sido aprovado em Plenário requerimento com esse objetivo, de autoria do próprio Deputado Miguel Barbosa, motivo pelo qual se aplica ao presente caso o disposto no § 1º do art. 57 do Regimento Interno, segundo a redação dada pela Resolução nº 5.136, de 1993.

Fundamentação

Como já relevamos anteriormente no parecer preliminar apresentado por esta Comissão, as imunidades parlamentares são prerrogativas imprescindíveis ao fortalecimento e à segurança do sistema político-representativo.

Tendo em vista a imunidade processual de que trata o § 1º do art. 56 da Carta Política mineira, nenhum parlamentar poderá ser processado criminalmente sem prévia licença de sua Casa. Sendo assim, esta Comissão deverá analisar agora a procedência do pedido formulado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Do ponto de vista jurídico, a denúncia refere-se a suposta prática pelo referido Deputado de crimes de uso de documento falso e de estelionato, tipificados pelos arts. 304 e 171 do Código Penal.

Os fatos delituosos ocorreram no longínquo mês de outubro de 1986, numa época em que o denunciado exercia as atividades de simples agropecuarista, não sendo, portanto, titular de qualquer mandato político eletivo.

Curiosamente, passados sete anos do feito, e somente após a posse do candidato eleito, o Ministério Público veio a oferecer a denúncia, a qual apreciamos neste parecer, para os fins de nossa competência.

O parlamentar denunciado, em sua defesa escrita, nega categoricamente a veracidade dos fatos que lhe foram imputados. Insiste, no entanto, em que esta Casa conceda prontamente a licença para que seja instaurado o devido processo penal no Tribunal de Justiça, para que possa, perante o Poder Judiciário, comprovar a sua inocência.

Não há dúvidas de que a apuração da verdade exige minuciosa investigação e farta produção de provas, assegurado ao indiciado o amplo direito de defesa, tarefas que competem ao Poder Judiciário.

Sendo assim, consideramos da maior conveniência atender à solicitação feita pelo egrégio Tribunal de Justiça, que é o foro apto e competente para tomar as medidas necessárias à elucidação dos fatos em questão, realizando, desse modo, a verdadeira justiça.

Conclusão

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião e votação secretas, decidiu por indicar ao Plenário da Casa o deferimento do pedido de licença para instauração de processo contra o Deputado Miguel Barbosa, por entender que os fatos arrolados na denúncia se inserem na órbita de crime comum e também para atender à expressa manifestação do Deputado denunciado, sem que esta decisão signifique que esta Comissão "admitiu a acusação" como inadequadamente prescreve a alínea "g" do inciso II do art. 57 do Regimento Interno.

Sala das Comissões, 2 de maio de 1995.

Geraldo Rezende, Presidente e relator - Romeu Queiroz - Arnaldo Penna - Geraldo Nascimento - Leonídio Bouças.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 25/4/95

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, como deve ser do conhecimento de todos os Deputados aqui presentes, o Município de Teófilo Otôni possui intensa extração de pedras preciosas. Essa atividade ocupa boa parte da mão-de-obra local, quer nas lavras, quer na atividade de comercialização das pedras.

Entretanto, a arrecadação tributária decorrente dessa atividade, se não é nula, é bastante inferior ao que poderia de fato ser. Devido ao pequeno tamanho das gemas, elas são facilmente contrabandeadas e, depois, são lapidadas e vendidas em outros Estados e até mesmo em outros países.

Os prejuízos para o município e para o Estado são enormes, sem que se tome uma providência para coibir tal contrabando. Há muitos anos reivindicamos a instalação de um pólo de lapidação em Teófilo Otôni, na intenção de incentivar o setor de beneficiamento de pedras. Já foram, inclusive, apresentados projetos de lei nesta Casa, determinando a implantação de tal pólo. Porém, nenhuma medida concreta foi tomada até agora.

No ano passado, um decreto do Presidente da República autorizou a criação, em Teófilo Otôni, de uma Zona de Processamento para Exportação - ZPE. A ZPE é uma área onde os produtos destinados ao mercado externo recebem tratamento tributário diferenciado, facilitando as exportações.

Implantada a ZPE em Teófilo Otôni, não haveria mais interesse no contrabando das pedras. Estas poderiam ser lapidadas e exportadas diretamente de lá. Decerto, outras indústrias seriam instaladas no município, dadas as facilidades na exportação de seus produtos.

Em Teófilo Otôni e região, a notícia da criação da ZPE foi recebida com entusiasmo, por significar a possibilidade de novos rumos para a economia de diversos municípios. Na época, cheguei a aprovar emenda ao orçamento do Estado, alocando na Secretaria de Indústria e Comércio os recursos necessários à implantação da ZPE.

Ainda ontem, ao ser realizada a audiência pública municipal de Teófilo Otôni, uma das propostas priorizadas foi a realização das obras necessárias para a implantação da ZPE naquele município.

Entretanto, no último domingo a imprensa noticiou que os Ministros José Serra e Dorothea Werneck pretendem cancelar a implantação de ZPEs no País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos nos calar diante da tentativa de aniquilar esse projeto. Com a ZPE, além de gerar empregos e melhoria na qualidade de vida da população, ainda pretendemos diminuir bastante o problema da evasão de divisas causada pelo contrabando de pedras preciosas. Isso, para não falar na geração de empregos e nos reflexos diretos sobre o comércio local, em uma região tão carente de investimentos como são os vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Não podemos deixar que a proposta de José Serra e Dorothea Werneck vá adiante. Para tanto, peço aos Deputados dos diversos partidos aqui representados que, através de suas Lideranças, atuem junto a suas Bancadas na Câmara e no Senado, no sentido de impedir que o projeto de implantação das ZPEs seja abandonado. Faço ainda, um apelo especial aos Líderes do Governo e do PSDB, Deputados Romeu Queiroz e Péricles

Ferreira, para que entrem em contato com o Governador Eduardo Azeredo, pedindo que ele também se engaje nessa luta em favor de Teófilo Otôni e dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Não podemos permitir que burocratas de gabinete decidam sobre o destino de projetos tão importantes e que envolvem a vida de tantas pessoas. Muito obrigada.

O Deputado Geraldo Nascimento - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna fazer alguns comentários sobre a crítica situação em que se encontra o Grupo Mendes Júnior.

Hoje o Grupo Mendepar deve perder o controle acionário da siderúrgica AÇOMINAS, localizada em Ouro Branco.

Esse é apenas um dos muitos aspectos da crise da empresa. Há poucas semanas esteve nesta Casa o Secretário de Estado da Fazenda, Dr. João Heraldo, que veio nos prestar algumas informações, atendendo a requerimento da companheira Deputada Maria José Hauelsen. Solicitamos, na oportunidade, informações sobre o encontro das contas existentes entre aquela empresa e o Governo do Estado. Encontro de Contas esse que o Governador Eduardo Azeredo está agora pedindo ao Governo Federal.

O noticiário indica a existência de débitos e créditos da ordem de US\$2.000.000.000,00. São valores muito grandes. A situação agravou-se desde a semana passada quando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - executou judicialmente uma dívida da empresa de US\$800.000.000,00.

Peço a atenção de todos os senhores Deputados. Com a crise da Mendes Júnior estão em jogo cerca de 50 mil empregos, conforme avaliam sindicatos ligados à empresa.

Para dar uma visão mais ampla da crise da empresa, passo a ler matéria publicada no informativo "Mercado Comum", sob o título "Mendes Júnior é peixe fora d'água".

Antes, porém, faço alguns comentários sobre essa publicação. "Mercado Comum" tem como editor-geral o jornalista Durval Campos Guimarães, de reconhecida competência nas áreas de economia e finanças. Já no seu conselho consultivo encontram-se personalidades como João Camilo Penna, João Batista de Abreu, Dorotheia Werneck e Wilson Brumer. Este último é o atual Presidente da Companhia ACESITA, cuja usina siderúrgica localiza-se em Acesita, no Município de Timóteo, do qual tive a honra de ser Prefeito.

Portanto, é de se dar crédito às informações publicadas, que passo a ler.

"Siderúrgica Mendes Júnior é Peixe Fora d'Água

A AÇOMINAS e a Siderúrgica Mendes Júnior, ambas pertencentes ao Grupo Mendepar, estão à venda em um único pacote. Com uma dívida superior a R\$1.400.000.000,00, a "Holding" Mendes Júnior não viu outra alternativa para superar a imensa crise financeira que atravessa. Dentro do programa de reestruturação do grupo, composto por empresas em áreas distintas, o primeiro passo é a saída definitiva do setor siderúrgico, que nunca foi seu forte. "Vamos vender 100% da participação em nossas duas siderúrgicas", disse, em fevereiro, o superintendente-adjunto da Mendepar, Luiz Constantino. Para deixar o atoleiro, o grupo também anunciou a desmobilização de outros ativos e a demissão de parte dos 18 mil empregados.

Embora a AÇOMINAS seja um autêntico "filé mingnon" para qualquer empresário do setor - além de superavitária, é a única siderúrgica brasileira com potencial para expandir sua capacidade produtiva - o comprador já está praticamente definido.

'As conversações com a USIMINAS estão bastante adiantadas e o negócio deve ser fechado ainda em março', afirmou Constantino.

O que estaria impedindo uma maior rapidez nesse processo seria, em primeiro lugar, a condição imposta pela Mendes Júnior: promover a venda casada da siderúrgica de Ouro Branco e da unidade de Juiz de Fora, que acumulam uma dívida de US\$750.000.000,00.

Em segundo, estaria o preço. Segundo boatos de mercado, quando Murilo Mendes pretendia desfazer-se de apenas 16% dos 31% de ações que possui do capital da AÇOMINAS, no final do ano passado, pediu US\$300.000.000,00 à USIMINAS. Esse valor é exatamente o dobro do que pagou pelo total de ações adquiridas da empresa no leilão de 1993. Com a inclusão da problemática Siderúrgica Mendes Júnior no "pacote", desta vez, as cifras devem estar sendo cuidadosamente rediscutidas pelas partes."

Esse é o texto, Srs. Deputados. Aqui se vê a gravidade da situação. O Grupo Mendepar enfrenta uma crise profunda.

Daí a importância de esta Casa acompanhar as negociações entre esse Grupo e os Governos de Minas Gerais e da União. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, no município mineiro de Tarumirim, as elites conservadoras querem manter, a qualquer custo, o seu poder, os privilégios, as "mamatas" com o dinheiro público. E o pior: as táticas são conhecidas por todos na cidade. Diante desse quadro, é importante registrar os seguintes fatos, que têm como protagonistas membros dessas elites.

Eles promovem difamações e calúnias contra todos que pensam diferente deles, sejam do PT, do PL, do PSDB ou do PP, sejam lideranças políticas, sindicais ou religiosas, sejam pessoas engajadas no trabalho de filantropia ou na promoção dos excluídos. Usam para isso mentiras em notas na imprensa não assinadas (procuram se esconder na

covardia do anonimato), mas todos sabem quem distribuiu essas notas e o local onde são impressas.

Fazem ameaças de demissão, de perseguição e até de morte, usando telefonemas anônimos ou recados por terceiros, sem coragem de assumir seus atos nem de se mostrar à sociedade de Tarumirim.

Procuram intimidar na escuridão da noite, como aconteceu no dia 23/10/92, quando deram sete tiros no carro da então Enfermeira-Chefe do hospital da igreja local, Suzana Vilaça Neves. O carro estava estacionado na garagem. Na cidade de Tarumirim todos sabem quem atirou, mas o inquérito policial - misteriosamente - foi arquivado por falta de provas.

Agora, os últimos acontecimentos: o Presidente do PT de Tarumirim, José Martins de Souza, mais conhecido como "Zé Beijinho", missionário da palavra de Deus, da coordenação da paróquia, vem sendo ameaçado de morte. Correm boatos na cidade de que ele teria sido marcado para morrer durante uma reunião na fazenda do ex-Prefeito, e de que uma pessoa conhecida como Valtair, que já teve passagens na polícia, teria sido contratada para executá-lo. Tudo isso acontece num clima de medo e impunidade.

Com esse cenário, o que se percebe é que a elite está desesperada. O TRT já solicitou intervenção no município. Também a Justiça Eleitoral, que cassou em primeira instância o mandato municipal usurpado. As elites se vêem acuadas, também, pela Polícia Federal, que apura desvios de verbas no hospital da cidade, envolvendo o ex-Prefeito José Júlio, e pelo Tribunal de Contas, que reprovou as últimas contas da administração passada. O desespero dessas forças conservadoras se deve, principalmente, ao crescimento da consciência política do povo, que colocará fim aos desmandos e "maracutaias" dessa quadrilha.

Prestamos nossa solidariedade ao "Zé Beijinho" e ao Vereador Jair Pires, do PL, que também está sendo ameaçado de morte. Se qualquer coisa acontecer aos dois ou a outro cidadão de Tarumirim, estarão atingindo a nossa pessoa, o PT e os ideais de justiça e verdade. Não vamos nos render às ameaças nem recuar diante dessa pressão. Exigimos uma ação firme das autoridades de Minas. Exigimos a punição daqueles que acreditam na força da violência, e não na força da verdade.

Queremos, assim, solicitar a solidariedade de todos os colegas tanto ao Presidente do PT como ao Vereador Jair Pires, do PL, com relação a esse desmando daqueles que acham que a força tudo move.

Fazemos essa denúncia e deixamos bem claro que a vontade do povo não foi respeitada nas últimas eleições, em que as forças democráticas aliadas perderam, no processo eleitoral, por 50 votos, numa eleição que a própria Justiça local considerou como fraudulenta. Esperamos que, no próximo ano, não sejamos influenciados por essa elite conservadora e atrasada. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Wanderley Ávila, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos visitam, representantes da imprensa aqui presentes, queremos, nesta reunião, render nossas homenagens aos Srs. Prefeitos dos municípios mineiros, principalmente àqueles que conseguem governar as pequenas e médias cidades. Olha, é um verdadeiro desafio administrar uma cidade com os recursos próprios do município, o que significa, na grande maioria das vezes, governar única e exclusivamente com o Fundo de Participação dos Municípios.

A grande maioria dos nossos municípios tem um comércio fraco, não possui indústrias nem outra fonte de renda. Todo final de mês é um sufoco com relação ao pagamento do funcionalismo, dos fornecedores, do posto de gasolina, da farmácia, da Câmara Municipal, etc.

Uma pequena cidade, graduada com O.S., recebe pouco mais de R\$600.000,00 por mês do Fundo de Participação dos Municípios. O funcionalismo consome, na melhor das hipóteses, 50% desse valor, o que equivale a R\$300.000,00. A Câmara Municipal, com o pagamento dos vereadores e funcionários, leva 4%, e a despesa com o posto de gasolina, farmácia, manutenção dos veículos, iluminação pública, telefone, material de consumo, transporte de alunos, aluguéis, publicações e outras despesas leva o que sobrou, não restando absolutamente nada para investimentos. É essa a imagem do que ocorre com a maioria dos nossos municípios, principalmente dos que situam-se no Norte de Minas.

Neste final de semana, estivemos visitando algumas cidades norte-mineiras, principalmente Varzelândia, e fiquei chocado com a situação desesperadora do Prefeito, Dr. Carlos Godinho. De repente, a CEMIG resolveu cobrar dívidas referentes a projetos rurais, iluminação pública, etc. São dívidas legítimas contraídas pelos Prefeitos, as quais poderiam ser pagas se houvesse um parcelamento maior, a longo prazo. Ao lado da cobrança da CEMIG, o IPSEMG também resolveu receber o que lhe é devido. O INSS tem colocado muitos municípios em inadimplência. Enfim, parece que os órgãos públicos estaduais e federais querem, simultaneamente, receber tudo a que têm direito.

Não queremos aqui solicitar anistia por parte desses órgãos estaduais aos pobres municípios mineiros. Queremos e vamos solicitar ao Sr. Governador é um pouco mais de

tempo, um parcelamento maior das dívidas e solicitar ainda ao INSS um tratamento semelhante. Para tanto, recorreremos aos Srs. Deputados Federais para que também intercedam nesse sentido.

Uma outra questão que vamos levantar refere-se à aplicação de recursos do Estado nos municípios mineiros. Está certo o Governador Eduardo Azeredo quando procura não criar uma expectativa e tem o bom costume de não prometer, deixando para anunciar a liberação de qualquer verba somente quando tem a certeza de que poderá realizá-la. Essa prática, agora adotada, evita o que recentemente aconteceu em Montes Claros, quando foi anunciada a liberação de recursos para serem criadas frentes produtivas, ficando cada município autorizado a contratar 4% de sua população recebendo um salário mínimo durante três meses. Muitos Prefeitos, pressionados pelos retirantes da zona rural e pela certeza das promessas feitas, iniciaram a contratação e, hoje, se vêem em situação delicada, sem recursos para honrar os compromissos assumidos. Na semana passada, acompanhamos sete Prefeitos até a Secretaria de Defesa Civil, e as informações que tivemos eram de que os recursos somente seriam repassados aos municípios do vale do Jequitinhonha.

Preocupados e frustrados, vamos marcar uma audiência com o Sr. Vice-Governador Dr. Walfrido dos Mares Guia, em nome da Bancada do Norte de Minas. Vamos solicitar a liberação dos recursos prometidos, seja através de recursos próprios do Estado ou através da SUDENE. Tivemos o cuidado de entrar em contato com o Senador Arlindo Porto e passamos a S. Exa. o que estava acontecendo, solicitando providências urgentes. Essa audiência com Dr. Walfrido deverá acontecer ainda nesta semana e fica feito o convite aos Srs. Deputados votados no Norte de Minas para que, pela primeira vez, efetivamente possamos desfraldar a nossa bandeira e mostrar que poderemos nos unir e que somos capazes de superar divergências partidárias, ideológicas, em favor de uma região que nos elegeu e que muito espera de cada um de nós.

Por último, é bom e salutar que os discursos em favor das regiões pobres do Estado saiam da retórica, partam para resultados práticos e não nos dêem apenas as migalhas que estão acostumados a nos oferecer. Estamos conscientes das nossas necessidades, sabemos que somos carentes, que precisamos de uma política específica que venha a diminuir a diferença de investimentos da nossa região em relação às outras. Queremos uma porta aberta para o diálogo e o entendimento com o Sr. Governador e não abrimos mão do direito de denunciar, de nos pronunciarmos, de fazer desta tribuna o principal instrumento de reivindicação dos milhões de mineiros que nunca tiveram vez e que nunca tiveram voz.

Outro assunto, Sr. Presidente, refere-se ao momento que estamos vivendo, às vésperas de dezenas de emancipações de municípios no nosso Estado.

Muitos deles, sem a mínima condição de ser emancipados, sem infra-estrutura física, apresentando toda sorte de dificuldades. Esta Casa tem a grave responsabilidade de analisar criteriosamente a situação particular de cada um ou correremos o risco de criar sérios problemas aos futuros Prefeitos e administradores. Muitas cidades vão perder toda a infra-estrutura rural, como Januária, que ficará sem um distrito sequer, emancipando os cinco lá existentes. Igual situação acontece em Brasília de Minas e várias outras cidades.

É necessário que a Comissão de Assuntos Municipais faça uma visita a todos os distritos que se propõem à emancipação, verifique, cheque todas as informações contidas nos processos e faça sua análise.

É um alerta que faço, porque no ano que vem estaremos enfrentando um sem-número de reivindicações, que serão justas e merecerão um atendimento desta Casa e do Governador.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, defendemos a tese de que os Deputados, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, façam uma visita aos distritos que pleiteiam emancipação, para verificar se eles preenchem os requisitos para se emanciparem. Em tempo hábil, vamos fazer um requerimento à Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para que ela verifique se as informações e os documentos que estão contidos nos processos correspondem à realidade. Precisamos checar o número de residências, de eleitores e ver o que está acontecendo nesses municípios que pretendem se emancipar. Assim, poderemos discutir a nossa co-responsabilidade. Não somos contra as emancipações. Somos contra as emancipações sem critério. Somos a favor de que esta Casa assuma definitivamente a sua responsabilidade. Não podemos ficar apenas presos aos papéis. É necessário ver se, realmente, o município tem condições de ser emancipado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Cléuber Carneiro* - Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos apresentando à Mesa um requerimento de nossa autoria.

- Lê requerimento publicado na edição do dia 27/4/95, cuja justificativa é a que se segue.

"A expansão das redes telefônicas e do sistema de telefonia celular nos municípios que compõem a área mineira da SUDENE poderá trazer novos investimentos à região;

investimentos hoje desestimulados diante das enormes dificuldades de comunicação. Nos campos, o serviço que foi sendo instalado nos últimos 20 anos se encontra totalmente obsoleto e congestionado, comprometendo todo o sistema. Nas cidades, existem filas enormes de interessados em adquirir ou alugar um telefone, sem que se tenha sequer uma expectativa de prazo para atendimento.

Essa situação caótica, que vem prejudicando sobremaneira o desenvolvimento de toda a região, só terá termo com a necessária expansão de todo o sistema de telefonia."

Diante dessa situação, pedimos a expansão do sistema de telefonia celular na área mineira da SUDENE para possibilitar o atendimento relativo não só à telefonia rural pública, mas, também, à telefonia privada. Pedimos a expansão desses serviços nas cidades dessa região, como já disse, porque se observa uma forte demanda reprimida, e a oferta está absolutamente defasada. Sabemos que não há nenhuma disponibilidade para atendimento do mínimo das necessidades da área mineira da SUDENE. A TELEMIG não dispõe de nenhuma facilidade de atendimento. O serviço rural que vem sendo instalado nos últimos 20 anos se encontra totalmente obsoleto e congestionado, comprometendo a qualidade e a confiabilidade de todo o sistema. Nas cidades, existem filas enormes de interessados em adquirir ou alugar um telefone, sem que se tenha sequer uma expectativa de prazo para atendimento. As outras regiões do Estado, se não têm o atendimento ideal da telefonia urbana e rural, estão em situação privilegiada em relação à área mineira da SUDENE, o que explica o maior volume de investimentos naquelas áreas. O que pedimos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é um tratamento de justiça para a área mineira da SUDENE. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Srs. Deputados: assomo, mais uma vez, a esta tribuna para discutir e derrubar parecer da Comissão de Justiça desta Casa pela inconstitucionalidade do projeto. Já me informaram que todos os discursos e todas as palavras ditas desta tribuna são desnecessários, porque, dificilmente, prendem a atenção dos nobres pares. Entretanto, preciso fazê-lo, tenho a esperança de que os Deputados me ouçam, pois passei de gabinete em gabinete para expor a defesa desse projeto.

Primeiramente, a Comissão de Justiça tem dado pareceres, às vezes, sobre o mérito de matérias, sobre o que ela acha que é ou não certo e bom para o povo, e não, sobre o que é ou não legal, o que é ou não constitucional. Haja vista o parecer sobre esse projeto, o qual é totalmente inexplicável.

Vou ler a justificação que fizemos. Peço aos senhores que votem, por favor, pela derrubada do parecer, pois o que está sendo votado é o parecer, e não, o projeto. (- Lê a referida justificação, que foi publicada na edição do dia 24/2/95.)

Quem tem filhos estudando no 1º ou 2º graus? Tenho um filho no colégio. A cada ano, há mudança de uniforme. E, quando um colégio o faz, todos os outros também o fazem. O colégio nos diz onde comprar: se nesta casa, se naquela, etc. O comerciante procura o Diretor da escola, faz um acordo com ele, é mudado o uniforme, que só é encontrado na loja daquele comerciante. E isto sem concorrência e com preços, evidentemente, extorsivos.

Sr. Presidente, apresentamos na Câmara Municipal de Belo Horizonte, um projeto que foi examinado, aprovado, sancionado pelo Prefeito e elogiado. Ele padroniza os uniformes das escolas públicas.

Esta é uma Casa que poderia legislar até sobre o que respeita aos colégios particulares. Vejam o que diz o projeto. (- Lê o mencionado projeto, que foi publicado na edição do dia 24/2/95.)

Srs. Deputados, sabemos que os pareceres já chegam prontos da Consultoria desta Casa e são encaminhados às comissões. Com aquele projeto da pesca, aconteceu a mesma coisa: julgou-se o mérito. Com muita honestidade, o relator, que todos respeitamos muito, disse que muitos profissionais poderiam morrer de fome. Não compete à Comissão de Justiça julgar isso. Compete-lhe julgar se a matéria é legal ou não. Fizemos um outro projeto, que foi encaminhado para discussão, o qual tinha a assinatura de 47 Deputados.

Esse projeto que padroniza o uso dos uniformes escolares inibe a formação de cartéis, inibe essa comercialização injusta. No início de cada ano, os Diretores de escolas indicam aos pais as lojas em que eles têm que comprar os uniformes, a preços sem competição.

Já há um procedimento anterior: a Prefeitura de Belo Horizonte sancionou um projeto similar, de nossa autoria, aprovado pela sociedade, pela comunidade. Então, peço aos caros companheiros que aqui se encontram que o projeto seja discutido, para que tenhamos idéias apuradas sobre esse tema, que é importante tanto para os colégios quanto para os pais e alunos. Devemos rejeitar o parecer pela inconstitucionalidade do projeto, pois, absolutamente, não tem base. O que alega esse parecer? Nada. Que o projeto é inócuo, que já existe? Não existe em nível estadual. Pelo menos, não é esse o dado. E, se fosse, a Comissão de Justiça teria que julgar se é ou não constitucional. Diante disso, quero pedir a este Plenário que examinemos a matéria e,

pelo menos, votemos contra o referido parecer. Então, para que o projeto possa ser discutido em outras comissões, devemos rejeitar o parecer da Comissão de Justiça.

Quero lembrar aos senhores que o Sr. Presidente vai colocar em votação o parecer e pedir que nós sejamos contrários a ele. Há membros da Comissão de Justiça que ficaram contrários à aprovação desse parecer depois de terem lido a justificacão. Muito obrigado.

O Deputado Ivo José - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de destacar que somos favoráveis ao projeto do colega Deputado Marcos Helênio.

Mas, aproveitando a oportunidade, quero externar a nossa solidariedade aos familiares daqueles que foram mortos no trágico acidente ocorrido ontem, no Município de Conceição do Mato Dentro.

Ao mesmo tempo em que externamos nossa solidariedade, gostaríamos que esta Casa solicitasse do DER-MG informações sobre em que condições estavam as estradas nesse trecho em que trafegava o ônibus da Viação Serro, que fazia a linha Congonhas do Norte-Serro e se viu obrigado a desviar, mudando o trajeto, passando por uma estrada que não tinha as mínimas condições de segurança, o que provocou o acidente, que pode chegar a 50 mortos, num caso muito lamentável.

Estamos trazendo à tona um fato que está consternando todo o Estado de Minas Gerais. Até a noite de ontem, 24 corpos haviam sido encontrados. Hoje, dando prosseguimento à retirada dos corpos e do ônibus, pode chegar a 50 o número de mortos. Lamentamos profundamente que nossas estradas estejam em condições tão precárias e em péssimo estado de conservação. Em se tratando, ainda, de transporte de passageiros, em um ônibus com capacidade para transportar 41 pessoas encontravam-se, pelo que consta nos relatórios divulgados até agora, mais de 60 passageiros, o que agravou ainda mais a situação. Então, solicito do Presidente desta Casa que faça uma consulta imediata ao DER-MG sobre as condições dessa estrada. Sabemos que isso não trará de volta as vidas que se foram, mas, pelo menos, que sirva de alerta para as empresas de transporte de passageiros e para que o Governo do Estado de Minas Gerais se preocupe mais com a manutenção das nossas estradas.

Ficamos muito preocupados com toda essa situação vivida na cidade de Conceição do Mato Dentro e exigimos do DER-MG providências cabíveis para que se evitem acidentes dessa natureza em outras cidades.

27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 26/4/95

O Deputado Ivair Nogueira* - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Agostinho Patrús, demais componentes da Mesa, prezados Deputados, senhoras e senhores. (- Lê:)

"A Polêmica Redistribuição do ICMS em Minas

O necessário aperfeiçoamento do sistema tributário em Minas, visando proporcionar aos municípios uma distribuição mais justa dos impostos, vem gerando muita expectativa e polêmica no Estado. Como Deputado Estadual mais votado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, majoritário em cidades que sediam grandes indústrias, acho necessário fazer uma reflexão sobre a distribuição de ICMS aos municípios, cujo índice de participação, calculado sobre o valor adicionado, tem como base legal a Constituição Federal.

Antes de mais nada, é importante salientar que qualquer mudança no sistema tributário deve ser precedida de amplo debate e entendimento, para se evitarem possíveis distorções, principalmente para os municípios com graves problemas sociais.

As cidades que sediam grandes empresas são, como não poderiam deixar de ser, as maiores beneficiadas na distribuição do ICMS. São também as que carregam os maiores problemas sociais, como falta de moradia, de saneamento básico, de saúde e de educação para todos.

Esses problemas certamente não serão redistribuídos, mas devem ser discutidos. Nada mais claro que o exemplo de Betim, que sedia uma montadora de automóveis e uma refinaria de petróleo. O município tem uma das maiores arrecadações do Estado, mas também a sua maior favela, situada na região do Jardim Teresópolis, em frente à Fiat Automóveis, onde residem cerca de 80 mil pessoas em péssimas condições.

Esse é o percurso natural do progresso, que sempre vem aliado a grandes transformações. Foi o que vimos em Betim nos últimos 20 anos: muitas indústrias, a triplicação de seus moradores e a formação de grandes favelas. Pessoas que vieram de todas partes do Estado, principalmente do Norte de Minas, e hoje são beneficiadas com os recursos do ICMS recolhido no município, investidos em obras públicas, saúde e educação gratuitas.

É justamente por isso que qualquer mudança no critério de distribuição do ICMS deve ser feita com base, por exemplo, no gasto social "per capita" do município, premiando-se as cidades que, comprovadamente, investem mais recursos em áreas como saúde, educação e saneamento. Atualmente, o critério de distribuição do imposto em Minas é feito em função da apuração do Valor Adicionado Fiscal - VAF.

A Constituição de 1988 aumentou o percentual de repasse do ICMS aos municípios de

20% para 25%, permitindo que os Estados, através de suas Assembléias Legislativas, fixassem critérios para a distribuição de um quarto desses recursos.

Em Minas ainda não foi feita legislação estadual e o VAF continua como critério único. Agora, o Governo Estadual fala em apresentar projeto regulamentando a parcela de 25%, com critérios diferentes dos adotados no valor adicionado.

Qualquer projeto, entretanto, passará pela aprovação da Assembléia Legislativa e pelo crivo dos Deputados mineiros. Representantes que são dos 756 municípios do Estado, cidades ricas, pobres, grandes e pequenas, os parlamentares mineiros certamente estarão atentos na defesa dos interesses das suas regiões.

Nesse momento, será preciso desligar laços emotivos para não cairmos em antigas distorções, já vistas em outros projetos apresentados à Assembléia, que pecaram ora por excesso de vantagem aos municípios que não possuem atividade econômica importante, ora por motivo de inconstitucionalidade.

O critério em vigor veio como alternativa distributiva, já que os principais municípios arrecadam em seus territórios mais ICMS do que recebem através do índice de participação. A adoção de um novo método será bem vinda desde que não seja feita com base em critérios meramente políticos, prejudicando o desenvolvimento de cidades que trabalham muito para elevar a sua participação no ICMS do Estado.

Para se adquirir uma economia forte, o Município de Betim, por exemplo, teve de viabilizar um centro industrial, executando investimentos de infra-estrutura para atrair novas empresas, além das isenções que as grandes indústrias exigem. Paralelamente ao desenvolvimento econômico, a cidade também adquiriu problemas sociais e teve triplicada sua população.

Hoje, dona da segunda economia do Estado, a cidade é vista como privilegiada na distribuição do ICMS, como se fosse culpada por apresentar um desenvolvimento recorde nos últimos anos. Esse desenvolvimento deve ser visto como exemplo para que outros municípios também trabalhem para atrair indústrias e apresentem suas próprias virtudes.

Para regulamentar a lei estadual que distribui os 25% deve-se levar em conta a população e a área das cidades, é claro, mas, acima de tudo, devem ser preservados os municípios geradores de riqueza, através do VAF 'per capita' e da sua produção, seguindo critérios que premiem, sobretudo, a eficiência. Muito obrigado".

Temos hoje no Estado uma resolução que tira do cálculo do VAF o IPI. Nesse caso, cidades como Betim, Uberlândia, Ipatinga e várias outras seriam sensivelmente prejudicadas. Por isso, queremos, acima de tudo, uma discussão ampla com todos os Deputados. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Geraldo Nascimento - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, companheiros e companheiras, neste 1º de maio, os sindicatos que têm nas suas fileiras os companheiros da Vale do Rio Doce estarão fazendo o lançamento da luta contra a privatização da companhia. Tenho em mãos matéria a respeito do discurso do companheiro Chico Ferramenta, publicada no "Diário da Tarde" de 25/4/95. O título da entrevista é o seguinte: "Ferramenta quer suspender privatização". Peço, então, licença aos nobres colegas desta Casa para ler uma parte dessa entrevista do companheiro Chico Ferramenta, que, por sinal, participa conosco da luta do PT.

Antes de começar a leitura, quero dizer que o companheiro Milton Bueno, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Itabira - METABASE, está no meu gabinete, concedendo uma entrevista a respeito do que vai acontecer em Itabira, no dia 1º de maio, para o que todos os companheiros estão convidados.

A matéria citada, que é da sucursal de Brasília, diz o seguinte: *"O próprio Governo admite que o Brasil perdeu dinheiro com as privatizações, de acordo com dados oficiais relativos ao setor siderúrgico, publicados no boletim do BNDES. Diante disso, o Deputado Chico Ferramenta (PT-MG) pretende provar na Comissão de Minas e Energia a necessidade de mudar os rumos das privatizações. Ele disse temer que o Presidente Fernando Henrique Cardoso seja tomado por uma verdadeira 'fúria privatista', que atinja a Companhia Vale do Rio Doce, o setor hidrelétrico, as telecomunicações, petróleo, portos". Essa fúria já atingiu, principalmente, a Vale do Rio Doce.

Como o tempo ainda me permite, quero apresentar, em nome da Bancada petista e da Frente Minas Popular, nossos pêsames ao Presidente desta Casa, Deputado Agostinho Patrús, pelo falecimento de seu irmão, Sr. Mauro Patrús.

No Dia do Trabalhador, serão celebrados os 50 anos de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos - METABASE. Teremos um grande ato contra a privatização da Vale. Se vendê-la a qualquer preço é a intenção do Sr. Fernando Henrique Cardoso, pode ter ele a certeza de que encontrará grande resistência dos trabalhadores. A Vale do Rio Doce foi construída com muito suor dos trabalhadores. Foram empregados, também, milhões de dólares, senão bilhões, dos cofres públicos, do povo brasileiro, para construir essa empresa. A Vale é um orgulho nacional e não pode ser leiloada apenas para satisfazer àqueles que defendem o neoliberalismo no atual Governo. Muito

obrigado.

* - Publicado de acordo com o texto original.

O Deputado Anivaldo Antônio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público assistente, imprensa, novamente dirijo-me aos nobres Deputados no sentido de fazer um apelo, um chamamento em torno da privatização da Cia. Vale do Rio Doce. Ontem, terça-feira, o Deputado Federal Eliseu Resende fez uma palestra, no "Café Parlamentar", ao qual estávamos presentes e disse que estima o preço da Vale do Rio Doce em torno de US\$10.000.000.000,00. Nós, ao considerarmos as reservas de minério de 10.500.000.000t, só na Região Sudeste, fora as 18.000.000.000t de Carajás, questionamos a privatização da Vale cujas reservas, segundo a "Folha de S. Paulo" desta semana, podem durar até 4 séculos.

Para o Governo Federal, as riquezas do subsolo parecem não ser estratégicas. Caros Deputados, essa afirmativa reflete a vontade e o pensamento do povo de Minas? Asseguro que não. Peço desculpas se pareço repetitivo, mas desde o Brasil colônia, sob o domínio de Portugal, os mineiros lutam por suas riquezas: o ouro e o ferro, o domínio das técnicas e a exploração desses minérios considerados estratégicos.

Muito me espanta essa argumentação, esse discurso da moda, que defende um Estado enxuto, sem penduricalhos. Como aceitar a privatização, sem o debate sério do assunto, de uma empresa como a Vale do Rio Doce, que ocupa, no cenário nacional, a posição de uma estatal que funciona, que dá certo? Afinal, é uma grande empresa, em termos mundiais.

É missão nossa, Srs. Deputados, respaldados pelos votos que recebemos, levar a toda a população de Minas os dois lados da moeda, as versões e as conseqüências da privatização da Vale. Nós, que aqui apresentamos um requerimento para a criação de uma comissão, na quinta-feira passada, ouvimos, da nobre Deputada Elbe Brandão, que a primeira providência a ser tomada é trazer a esta Assembléia alguém da Vale do Rio Doce, que possa dizer o que ela representa. Quantos de nós, Deputados aqui presentes, sabemos o que é a Vale? Se nós, que somos Deputados, não o sabemos, imaginem o povo brasileiro!

Amanhã, quinta-feira, apresentaremos um requerimento para a convocação de 21 personalidades, que poderão falar sobre a Cia. Vale do Rio Doce. O Deputado Chico Ferramenta também apresentou, em Brasília, um requerimento para a criação de uma comissão que chamará a um debate, no próximo dia 10 de maio, o Presidente da Vale, Sr. Francisco Schettino, o dirigente nacional da Confederação dos Trabalhadores, Sr. Renato, e o ex-Superintendente, Sr. Marcelo Guimarães, para que lá, também, comecem as conversações sobre a privatização da Vale.

Nós, novamente, pedimos que, nesta Assembléia, comecem as discussões sobre a privatização da Vale do Rio Doce.

Queremos agradecer ao Deputado Ibrahim Jacob, que, mesmo não podendo compor a Mesa da Assembléia, prontificou-se a acompanhar, de perto, esse requerimento e, amanhã, estará presente, também, para acompanhar os trabalhos dessa comissão, que se iniciarão com a audiência de três personalidades que conhecem a Vale.

Agradecemos a todos e pedimos empenho no sentido de que a Vale do Rio Doce, que está em Minas Gerais, tenha, pelo menos, a sua privatização debatida, que não seja como no caso da COSIPA, da AÇOMINAS, etc. Mesmo porque não é só a esquerda que está contra. Temos Gerais, pessoas de direita e conscientes que sabem que a entrega da Vale não será uma coisa boa para o nosso País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Ronaldo Vasconcellos* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para marcar o 50º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, a Sociedade dos Amigos do Beit Chabad traz a Belo Horizonte Sarah Seiler Vigorito, a mais jovem sobrevivente conhecida dos experimentos do médico nazista Josef Mengele com crianças gêmeas. A palestra de Sarah Vigorito será no dia 7 de maio, às 18h30min, no Clube de Diretores Lojistas, na Avenida João Pinheiro, 495.

Sarah nasceu no Yom Kippur de 1941, na cidade de Berlim, Alemanha. Ela e Channah, sua irmã gêmea idêntica, passaram os primeiros três anos de vida com a avó, escondidas dos nazistas. Em 1944, foram descobertas pela Gestapo e transportadas com outros judeus para o campo de Auschwitz. Aos quatro anos e meio, Sarah foi libertada e hoje, aos 52 anos, viaja pelo mundo para contar sua história.

Em sua palestra, com tradução simultânea, intitulada "Crianças na Escuridão - Mulher de Luz", Sarah conta que, com três anos e meio, ela e sua irmã tornaram-se pacientes dos experimentos de Mengele com crianças gêmeas. No campo de extermínio, foram submetidas a operações sem anestesia, com injeção de substâncias na espinha, o que lhes causava paralisia temporária e convulsões. O fascínio de Mengele por gêmeos o levou a torturar mais de mil pessoas. Porém, manteve Sarah e Channah vivas para continuar seu trabalho, e, assim, o fato de ser gêmea salvou a vida de Sarah. No entanto, pouco antes de os russos libertarem Auschwitz, Channah não resistiu e morreu nos braços da irmã.

Como professora sobrevivente do holocausto, Sarah Vigorito já fez palestras na Universidade de Boston, na "Kent State University", na "Cleveland State University" e

na Escola de Medicina da Universidade de Minnesota. Participou da abertura do "Travelling Museum" sobre Auschwitz e, em 1989, recebeu o prêmio de Conferencista do Ano da Pensilvânia. Seu relato, que combina espiritualmente com a história, é o tema do documentário "Suskn" (Sarah, em inglês), produzido pelo "Kent State Teleproductions" e vencedor do prêmio "Emmy" em 1987. Hoje, Sarah Vigorito trabalha ativamente na campanha contra o uso de dados médicos dos experimentos nazistas e, atualmente, faz PhD em Aconselhamento Clínico, com especialização em "Stress" Pós-Traumático.

Todas as informações sobre a palestra que a professora Sarah Vigorito fará podem ser obtidas pelo telefone (031) 226-8281. Repito que ela vai estar em Belo Horizonte dia 7/5/95, domingo, às 18h30min, no Clube de Diretores Lojistas, marcando o 50º aniversário do término da Segunda Guerra Mundial. Queria comunicar o fato aos Deputados, principalmente àqueles que têm interesse na história e no tratamento humanitário que deve ser dado às pessoas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos acompanhando toda a discussão a respeito das audiências públicas municipais. É um passo a mais que este Poder dá para democratizar a gestão do orçamento do Estado de Minas Gerais. Sabemos que não se trata ainda de um passo definitivo e arrojado para a criação de canais mais efetivos de participação da população. Entretanto, entendemos que é um passo necessário para se criar uma mentalidade nova e diferente a respeito do direito de cidadania, do direito do povo de fiscalizar o que é seu, o que é fruto da arrecadação dos impostos que paga.

Andando por Minas Gerais, em audiências públicas municipais, estamos vendo a alegria e a satisfação da população por estar participando desse processo. Assim, vi essa manifestação de forma expressa no reconhecimento da Assembléia, que modificou a estrutura rígida e fechada do orçamento estadual.

Assistimos também, ao mesmo tempo, a uma certa descrença das comunidades envolvidas quanto à possibilidade de suas propostas serem aprovadas nessas audiências regionais e serem, de fato, contempladas no orçamento e executadas. Isso faz com que tenhamos uma preocupação muito grande quanto à nossa responsabilidade como Deputados para que não permitamos que, por inoperância do Poder Executivo, se confirme a frustração da população que está participando dessas audiências.

O terceiro fato a que estamos assistindo nessas andanças pelo interior de Minas, é uma certa indignação da população de alguns municípios. Neste final de semana, percebemos essa reação dos moradores do município que visitamos, ao levantarem os problemas históricos de suas cidades. Dizem que lhes são prometidas soluções, mas que até hoje estão às voltas com a mesma situação. Muitas vezes, em época eleitoral, priorizam-se as pequenas obras, o que é fruto de uma visão clientelista e de objetivos imediatos, para obtenção de votos, e não se priorizam obras que são fundamentais para a população.

Neste último sábado, participei da audiência pública de Itanhomi. A população da cidade brincava com o próprio significado da palavra Itanhomi - pedra escondida - ao abordar a necessidade de atendimento de seus direitos, que nessas últimas décadas estão sendo escondidos, negados àquela população pelo poder público. O registro desse abandono foi levantado por cerca de 40 a 50 pessoas na Câmara Municipal, onde estávamos discutindo esses problemas. Essas pessoas declararam ter a esperança de que no próximo orçamento estadual essas questões sejam resolvidas. Nessa audiência pública municipal, solicitaram-nos que registrássemos, de público, as principais questões levantadas e que viriam para a audiência pública regional. Essas sugestões vão precisar do apoio e da ação real e efetiva dos Deputados.

A primeira e grande reivindicação exposta nessa audiência pública foi quanto à necessidade de eletrificação rural no Distrito de São Francisco de Jataí, especialmente nas comunidades de Palmital e Pinhuma. Vimos uma comunidade excessivamente grande, um imenso distrito ente grande, no qual, no limiar do ano 2000, a população, constituída de pequenos produtores rurais, não tem o que é básico e mínimo para a sua atividade e para a sua vida, que é energia elétrica em suas casas, eletricidade para movimentar o motor e para fazer a irrigação e, assim, beneficiar sua produção e sua vida.

Outras duas reivindicações nos chamaram a atenção. Uma diz respeito à ligação asfáltica com Catupirim, o que permitiria maior acesso da população local a Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. São 33km de estrada de terra. Aí reside a grande indignação daquela população. Em seu primeiro governo, o Dr. Hélio Garcia assumiu, em Itanhomi, o compromisso de realizar essa obra, o que foi reiterado pelo ex-Governador Newton Cardoso. No entanto, essa antiga reivindicação para garantir o escoamento da produção, e até para a segurança e o conforto dos moradores daquela região, até hoje não foi atendida.

A outra reivindicação, na mesma linha, é a ligação asfáltica da BR-116 unindo Itanhomi a Governador Valadares, obra iniciada, propagandeada e licitada em sua

totalidade pelo Governador Newton Cardoso, da qual só se completaram os primeiros quilômetros de asfalto. O resto está abandonado, e parte da infra-estrutura da obra se perdeu em função das intempéries. É uma irresponsabilidade do poder público, que, impunemente, começa determinada obra e, depois, deixa-a em verdadeiro abandono. Tivemos de assumir o compromisso de que essas reivindicações seriam apresentadas nesta Casa. Das outras reivindicações, duas ou três, levantadas pela comunidade, uma chamou-me a atenção. Não foi levantada por servidor público; a comunidade reivindicou a melhoria dos vencimentos dos servidores públicos estaduais. É importante vermos que trabalhadores rurais e donas de casas estão preocupados, estão atentos à questão da falta de uma política salarial do Governo de Minas Gerais e ao abandono em que se encontram os servidores públicos do nosso Estado.

Aí, surgem as grandes questões: como podemos pensar numa política de saúde, numa política de educação, numa política de assistência rural, se os agentes que deverão promover tais políticas têm seus salários desvalorizados, como desvalorizadas estão também suas condições mínimas de vida?

Participei de audiências públicas em Alvarenga e em Mutum e, nessas regiões, ouvi esse grande reclame: "Deputado, não permita que esta audiência pública seja uma frustração. Estamos levantando nossos problemas, mas queremos que a Assembléia Legislativa lute para cobrar de quem executa o orçamento estadual para que as emendas não fiquem no abandono."

Em Mutum, chamou-me a atenção uma ponte na rodovia estadual, que está ameaçando desabar. Os ônibus que fazem a ligação entre Manhumirim, Manhuaçu, Aimorés e Belo Horizonte estão sendo forçados a fazer baldeações de ambos os lados da ponte, localizada sobre o rio São Manoel, cerca de 4km depois de Mutum e que está comprometida há vários governos estaduais.

Agora - com a impossibilidade de o tráfego continuar na mesma ponte e diante da consternação causada pelo problema em Conceição do Mato Dentro, onde, de certa forma, por omissão do DER-MG, aconteceu aquela tragédia que causou a morte de 24 pessoas, o Governo do Estado decidiu interditar a ponte, praticamente impedindo que uma parte de Minas Gerais não seja mais Minas, porque seus habitantes terão que se comunicar com o Espírito Santo, que é o Estado mais próximo e cujo acesso apresenta melhores condições.

Essa, inclusive, é também uma reivindicação, e esse problema do rio São Manoel deve levar-nos a algumas reflexões. Afinal de contas, qual é o papel do Deputado Estadual, qual é a ação do Deputado Estadual? Será que a nossa subserviência ao Poder Legislativo facilita e ajuda para que possamos realmente fazer uma política diferente em Minas Gerais, a fim de que as reivindicações a nós encaminhadas sejam contempladas? São estas as questões mais urgentes que nos trouxeram à Tribuna. Muito obrigado.

O Deputado Ibrahim Jacob - Sr. Presidente, Srs. Deputados: (- Lê requerimento em que solicita, na forma regimental, seja enviado ofício ao Presidente da República e ao Secretário da Receita Federal, sugerindo a isenção da cobrança do Imposto de Renda incidente sobre o 13º salário de aposentados e pensionistas. Segue-se a justificação apresentada.)

"Justificação: Em recente manifestação pública, aposentados de todo o País deram início a um movimento para a formação do Partido dos Aposentados da Nação - PAN. São 15.600.000 pessoas e se sentem como os pivetes da Nação, termo que eles se aplicam para exprimir quanto temos menosprezado os mais velhos.

Na sociedade ocidental, tem sido sempre assim. No seu alentado estudo sobre a velhice, a escritora Simone de Beauvoir observava que a sociedade de consumo, abrigada por trás dos mitos da expansão e da abundância, trata os velhos como párias. Quando se decide sobre o estatuto econômico dos velhos, parece que se considera pertencerem a uma espécie estranha: eles não têm nem as mesmas necessidades, nem os mesmos sentimentos que os outros homens, já que nos basta conceder-lhes uma miserável esmola para nos sentirmos desobrigados com relação a eles. Os velhos, que não constituem qualquer força econômica, não têm meios de fazer valer seus direitos: o interesse dos exploradores é o de que eles não sejam defendidos por ninguém. A sociedade impõe à imensa maioria dos velhos um nível de vida tão miserável, que a expressão 'velho e pobre' constitui quase um pleonasma.

Pensando nisto, é que decidimos sugerir ao Exmo. Sr. Presidente da República, a quem cabe a iniciativa de instituir impostos federais, bem como à Receita Federal, que os recolhe, a isenção do pagamento de Imposto de Renda (que, na maior parte das vezes, já é irrisória) de aposentados e pensionistas de todo o Brasil. Esta seria uma forma, ainda que incipiente, de recuperar, em parte, o poder aquisitivo, já tão deteriorado, de nossos velhos. Temos com eles essa dívida e, pensando bem, mais dia, menos dia, seremos todos velhos.

Conto com a solidariedade dos colegas Deputados a esta causa, que julgo da maior pertinência e oportunidade".

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Wanderley Ávila, senhores

membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos visitam, imprensa; sexta-feira, dia 28 de abril, iremos ter uma importante reunião em Januária, com a presença do Vice-Governador Walfrido dos Mares Guia e de alguns Secretários, para que o Exmo. Sr. Governador possa fazer, oficialmente, o lançamento de um programa de atendimento às cidades norte-mineiras; nessa data, os Prefeitos celebrarão um convênio para a perfuração de 150 poços artesianos naquela região. É uma medida extremamente importante, que vem socorrer a tempo uma região que passa pelas maiores dificuldades com relação à seca e à falta de moradas populares. No mesmo dia, o Secretário da Habitação também fará o lançamento de casas populares na região, o que beneficiará, principalmente, as pequenas cidades. Queremos congratular-nos com o Vice-Governador e estender o convite aos Deputados, para que estejam presentes, principalmente os da região.

Sr. Presidente, há algum tempo, fizemos um pronunciamento desta tribuna, solicitando ao Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo, que atenda às reivindicações de Montes Claros. Naquela ocasião, sentíamos que estavam desencadeando um trabalho de retaliação contra aquele município, principalmente por parte de órgãos do Estado. Fizemos um alerta, dissemos e repetimos, naquela tarde, que Montes Claros tem um Prefeito que não esteve ao lado de Eduardo Azeredo, pois apoiou abertamente o candidato Hélio Costa - foi um dos seus coordenadores. Não é justo que Montes Claros pague por uma opção política do atual Prefeito, Dr. Luiz Tadeu Leite. A cidade é problemática, grande, tem mais de 350 mil habitantes, e observamos, a cada dia, o crescimento incontrolável de favelas, em decorrência do grande êxodo rural que se verifica na região norte-mineira. Os retirantes - geralmente, pequenos produtores rurais -, por falta de oportunidade, têm deixado as suas cidades e se têm dirigido para Montes Claros e outros centros urbanos.

Visitamos as obras já iniciadas, principalmente naquela cidade, e constatamos, tristemente, que três grandes obras do Governo passado estão, praticamente, paralisadas, quais sejam a estrada da produção, o anel rodoviário e a urbanização do córrego das Melancias. A estrada da produção vai ligar Montes Claros a Capitão Enéias e, numa segunda fase, a Jaíba. Ela corta todo o vale produtivo do rio Verde Grande e irá beneficiar centenas de produtores rurais, que são responsáveis pelos produtos hortifrutigranjeiros da região. É uma estrada extremamente importante, não merece ser paralisada. Se essa paralisação tiver cunho político, como está parecendo, será uma lástima. Quanto ao anel rodoviário, com a efetiva ligação da BR-251 com a Rio-Bahia, temos a certeza de que, por Montes Claros, passarão volumes de cargas extremamente consideráveis; portanto, esse anel é de suma importância para a cidade. A urbanização do córrego das Melancias, com 75% dos recursos do Governo Federal e 25% do Governo Estadual, também está paralisada. Abrimos parênteses com relação a esse córrego, porque ele corta 15 bairros e é responsável pela captação da rede de esgotos dessa região, beneficiando cerca de 35 mil moradores. Nas últimas semanas, constatamos, através da Vigilância Sanitária, surto de dengue na região: mais de 30% dos moradores já contraíram a doença. Como podem notar, todas essas obras são importantes, e não podemos admitir, em nenhuma hipótese, muito menos por questões políticas, que sejam paralisadas.

Nesta tarde, queremos levar ao conhecimento dos Deputados, embora o Plenário esteja praticamente vazio, que vamos desencadear um trabalho no sentido de convidar Secretários de Estado para ir a Montes Claros discutir com a Câmara Municipal e a sociedade local os problemas da região. Já convidamos o Secretário Bené Guedes e deveremos, em breve, marcar a data, para que ele vá participar desse debate. Posteriormente, vamos convidar o Deputado Mauro Lobo, Secretário de Ciência e Tecnologia. Mais adiante, vamos convidar os Drs. Israel Pinheiro, Rafael Guerra, a Sra. Secretária da Educação e o Dr. Rui Lage, Presidente da COPASA-MG.

Serão oportunidades em que, efetivamente, o Governo Estadual marcará presença no interior, principalmente dando prioridade ao pensamento do Governador Eduardo Azeredo, que quer descentralizar a sua administração. É bom que essa descentralização comece a acontecer com os Secretários indo ao interior de Minas, conversando com a população, mostrando a presença do poder público no interior. E essa oportunidade primeira, tenho certeza, ocorrerá em Montes Claros.

Terminamos, Sr. Presidente, solicitando o apoio da Mesa, na pessoa de V.Exa., que também é um Deputado do Norte de Minas, para que nos ajude a implementar essas reuniões. Não serão reuniões oficiais da Assembléia Legislativa, mas tenho a certeza de que, com a interferência de V.Exa. e dos demais Deputados, poderemos, efetivamente, iniciar o processo de descentralização do Governo Eduardo Azeredo e mostrar a presença e o trabalho do Governo do Estado no interior.

Por último, Sr. Presidente, a nossa posição, mais uma vez, é a de que não vamos aceitar nenhuma retaliação contra o Município de Montes Claros. O Prefeito atual não foi nosso companheiro político, não nos ajudou na política, mas tem a sua obrigação, tem responsabilidade com uma cidade de 350 mil habitantes, e nós não podemos furtar-nos ao dever nem, por questões políticas, isolar Montes Claros. Não

vamos aceitar que o Governo do Estado, que o Governador Eduardo Azeredo - que não tem esse pensamento, acredito eu - possa desencadear um processo de retaliação política contra uma cidade pelo fato de o seu atual Prefeito não tê-lo apoiado nas últimas eleições. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMISNISTRATIVA

TERMOS DE CONTRATO

Termo de Contrato

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
Contratada: Maxis Consultoria Ltda.
Objeto: suporte e manutenção técnica de sistema computadorizado para controle de frequência.
Dotação orçamentária: 3.1.3.2.
Licitação: Convite nº 310/94.
Vigência: 12 meses.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
Contratada: Revetour Turismo Ltda.
Objeto: alteração de cláusula e prorrogação.
Dotação orçamentária: 3.1.3.2.
Vigência: de 16/12/94 a 15/6/95.
Assinatura: 10/4/95.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
Contratada: Jet Car Auto Mecânica Ltda.
Objeto: manutenção preventiva e corretiva de veículos.
Objeto deste aditamento: diminuição do objeto.
Vigência: a partir de 4/4/95.
Assinatura: 4/4/95.

AVISOS DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 20/95

Em 20/4/95, despacho do Sr. Presidente autorizando, com base no art. 24, VII, da Lei nº 8.666, de 1993, a aquisição de diversas capas para proteção de equipamentos eletrônicos à MN Industrial Mercantil Ltda. - R\$2.202,82.

Inexigibilidade de Licitação nº 22/95

Em 27/4/95, despacho do Sr. Presidente autorizando, com base no art. 25, I, da Lei nº 8.666, de 1993, a aquisição de 71 assinaturas do jornal "Folha de S. Paulo", pelo período de 6 meses, à Empresa Folha da Manhã S.A. - R\$6.816,00.
